

Vacina da Moderna produz anticorpos com meia dose, diz estudo



A vacina contra Covid-19 da Moderna, empresa de biotecnologia americana, induziu à produção de anticorpos com meia dose do imunizante em comparação com a dose total.

Os resultados do estudo foram publicados no último dia 9 na revista especializada Vaccine.

Se concluída a sua eficácia para proteger contra a Covid-19 em uma dose menor, isso poderia levar à imunização do dobro de número de pessoas com a mesma quantidade de doses.

No ensaio clínico randomizado, controlado e cego de fase 2, 600 participantes, divididos em duas coortes, uma com participantes com 18 a 55 anos e outra com mais de 55 anos, foram distribuídos aleatoriamente para receber doses da vacina de

50µg, de 100µg ou placebo.

Cada participante recebeu duas doses do imunizante ou do placebo, com intervalo de 28 dias entre elas. O objetivo do estudo era avaliar a segurança e imunogenicidade da vacina em diferentes dosagens.

A vacina, chamada de mRNA-1273, utiliza trechos do RNA do vírus, notadamente aqueles responsáveis pela codificação da proteína S da espícula do vírus, para induzir a produção de anticorpos e células de defesa. Ao ter contato com o vírus verdadeiro, o sistema imune estará preparado para impedir a infecção e replicação viral.

Os voluntários foram recrutados entre os meses de maio a julho de 2020 e a pesquisa foi concluída nos dois meses seguintes.

Para medir a taxa de produção de anticorpos an-

ti-Sars-CoV-2, os cientistas coletaram sangue dos participantes no primeiro dia, antes da vacina, no dia 29, ou seja, 28 dias após a primeira dose, e nos dias 43 (14 dias após a segunda dose) e 57 (28 dias após a segunda dose).

As amostras de sangue foram testadas tanto para anticorpos de ligação com o vírus (como os IgMs, associados a uma menor memória imunológica) quanto para anticorpos neutralizantes (associados a uma melhor resposta imune de memória).

A resposta imune produzida por anticorpos foi alta nas duas coortes. Quatorze dias após a segunda dose da vacina, a taxa de seroconversão, ou seja, de produção de anticorpos neutralizantes, foi de 100% em todos os indivíduos participantes que receberam a vacina, e não o placebo.

Ana Bottallo/Folhapress

Economia



Estresse pandêmico aumenta demanda por serviços de bem-estar

Página - 03

Governo mapeia resistências a propostas da reforma tributária

Página - 03

Política



Embate entre Doria e Bolsonaro cria entrave para oito projetos em SP

Página - 04

Saúde



OMS autoriza uso emergencial da vacina de Oxford

Página - 05

No Mundo

China ignora pedidos de Bolsonaro por troca de embaixador no Brasil



Convencido pelo chanceler Ernesto Araújo, o presidente Jair Bolsonaro pediu no ano passado ao regime chinês a troca de seu embaixador no Brasil, Yang Wanming.

A medida foi tomada em abril e reiterada em novembro, após bate-bocas via redes sociais entre o diplomata e o deputado Eduardo Bolsonaro. Pequim ignorou a solicitação brasileira nas duas ocasiões.

Ernesto tomou as dores do filho do presidente Bolsonaro e rompeu relações com Yang.

O estopim que motivou o pedido foi o embate no Twitter entre Eduardo e o diplomata chinês. Em março de 2020, o deputado publicou um texto comparando a pandemia da Covid-19 ao acidente nuclear

de Tchernóbil (1986) e afirmando que o regime chinês tinha responsabilidade pela disseminação da doença.

“Substitua a usina nuclear pelo coronavírus e a ditadura soviética pela chinesa. Mais uma vez uma ditadura preferiu esconder algo grave a expor tendo desgaste, mas que salvaria inúmeras vidas”, escreveu o deputado na época.

Yang classificou a fala de Eduardo de “insulto malféfico”, e o perfil oficial da embaixada veiculou uma publicação que acusa o deputado de ter contraído um “vírus mental”.

O embate fez o governo brasileiro tomar decisão drástica, que gerou apreensão entre diplomatas no Itamaraty.

No fim de março, Ernesto enviou para Paulo Estivallet de Mesquita, o embaixador do Brasil em Pequim, um telegrama diplomático solicitando que ele entregasse um documento formal ao governo chinês pedindo a substituição de Yang — o que ocorreu no início de abril, segundo pessoas que participaram das discussões ouvidas pela reportagem sob condição de anonimato.

A solicitação foi ignorada. Procurado, o Itamaraty não se manifestou sobre o tema.

Em novembro, no auge dos ataques à Huawei, gigante chinesa de telecomunicações, Eduardo acusou a China de promover a espionagem industrial via equipamentos 5G.

Julio Wiziack/Folhapress

México tem maior mortalidade por Covid entre países com mais casos da doença



A cada 100 casos de Covid-19, 8,7 terminaram em morte no México, segundo dados da universidade Johns Hopkins. Com isso, o país tem a maior taxa de mortalidade entre os infectados por Covid-19, no comparativo entre os 20 países mais afetados pela doença no mundo.

O país registrou 1,9 milhão de casos e 171 mil mortes até agora. É o terceiro do mundo com mais óbitos em decorrência do coronavírus, atrás de EUA (480 mil óbitos) e Brasil (237 mil).

Na lista de mortalidade entre os países mais atingidos, atrás do México, ficam Peru (3,6 mortes a cada 100 diag-

Países da UE devem ficar atentos a ofertas de vacinas falsas

O Organismo Europeu de Luta Antifraude (Olaf, da sigla em inglês) alertou ontem os governos da União Europeia (UE) para que “se mantenham atentos às ofertas de vacinas contra a covid-19”, por serem “muito frequentemente falsas”.

Em um comunicado, a diretora-geral do Olaf, Ville Itälä, frisa que tem “ouvido muitos relatórios de impostores que oferecem vacinas a governos em toda a UE”, fazendo-se “falsamente” passar por representantes de “empresas legítimas” e “alegando ter em sua posse, ou ter acesso, a vacinas”.

Sublinhando que este tipo de ofertas “pode adquirir várias formas” - da “entrega de exemplares de oferta para ga-

rantir o primeiro pagamento, e depois desaparecer com o dinheiro” à “entrega de lotes de vacinas falsas” - Ville Itälä, alertou que todas elas têm um elemento em comum: são falsas.

“São embustes organizados para defraudar as autoridades nacionais que procuram aumentar o ritmo da vacinação para manter os seus cidadãos seguros. Devem ser freadas o mais rapidamente possível”, salienta a diretora-geral do Olaf.

Nesse âmbito, Itälä informa que o organismo europeu adicionou um nível suplementar à sua investigação atual sobre produtos falsos de proteção contra a covid-19, com o objetivo de “combater o comércio ilícito de vacinas para a covid-19”

. RTP/ABR



nósticos), Itália (3,5) e África do Sul (3,2). O Brasil veio em 11º lugar, com taxa de 2,4.

Ao considerar todos os países do mundo, a taxa de mortalidade no México fica atrás apenas do Iêmen, que tem 28,7 óbitos a cada 100 diagnósticos de Covid-19.

O México viveu os momentos com mais casos da pandemia em janeiro, após as festas de fim de ano. A crise gerou, inclusive, falta de cilindros de oxigênio.

Houve melhora em fevereiro. Nesta sexta (12), a capital reduziu o nível de alerta de vermelho para laranja, por conta da redução do número de internações hospitalares. A ocupação dos leitos para

pacientes com coronavírus, indicador usado no México para determinar o nível de alerta, estava em torno de 90% em janeiro, mas caiu para 67,8% na quinta (11), segundo dados oficiais.

A Cidade do México e sua região metropolitana, que concentram a maior parte das atividades econômicas do país, têm sido as mais atingidas pela pandemia e, consequentemente, as que apresentam maiores restrições.

O surto na capital começou a crescer exponencialmente em dezembro, depois de as autoridades terem adiado por semanas o fechamento de estabelecimentos comerciais não essenciais.

Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Estresse pandêmico aumenta demanda por serviços de bem-estar



Empresas de bem-estar corporativo que conseguiram se adaptar rapidamente ao mundo digital experimentaram um crescimento acelerado na pandemia, em razão da adoção forçada e prolongada do home office.

Fundador da Yoga nas Empresas, o administrador Ricardo Carneiro, 40, sofreu um baque assim que a quarentena começou: muitos contratos foram suspensos e o faturamento caiu 60%.

Aos poucos, acordos foram retomados com a oferta de aulas de ioga online e novos foram conquistados. Hoje, o negócio já fatura 50% mais do que no período pré-pandemia.

“Os gestores perceberam que os colaboradores estão com nível de estresse alto,

cuidando da casa, dos filhos e sem interação social. Sem falar nos infectados pela Covid, que precisam fazer exercícios respiratórios para recuperar a capacidade pulmonar”, diz.

Há dois formatos de aula que podem ser contratados: o gravado e o ao vivo, com transmissão pelo Instagram. A rede Leroy Merlin, por exemplo, pediu à companhia uma agenda de lives semanais, aberta aos 10 mil funcionários.

“Podemos alcançar não somente o colaborador, mas seus dependentes”, conta Monique Lima, analista de benefícios da empresa.

Priorizar o mercado corporativo, segundo Ricardo, é vantajoso. Ele cobra R\$ 280 pela sessão de 20 minutos e assina contratos mais longos, de até um ano. O preço é o

mesmo para aulas remotas e presenciais –o formato online dispensa deslocamento até os clientes, mas requer investimento em tecnologia.

Fundada em 2019, a MindSelf, que oferece programas de meditação e mindfulness (atenção plena), também experimentou crescimento durante a pandemia.

Segundo os fundadores, Alexandre Ayres, 51, e Wagner Lima, 47, o número de contratos pulou de 5 para 20, e o faturamento chegou a R\$ 1 milhão, um aumento de 400%.

A agilidade da migração para o digital, eles dizem, foi fundamental. Palestras sobre os benefícios da meditação, workshops para lideranças e sessões de diferentes técnicas meditativas passaram a ser transmitidas em lives.

Flávia G. Pinho/Folhapress

Governo mapeia resistências a propostas da reforma tributária



O governo concluiu um mapeamento das visões de empresários sobre as diferentes propostas de reforma tributária em discussão no Congresso.

O resultado mostrou em detalhes setores expondo visões contrárias entre si e críticas a todos os textos, ampliando o cenário de dificuldade para Executivo e Legislativo chegarem a um desenho final.

A iniciativa foi liderada pela Secretaria de Governo a partir de reuniões com entidades empresariais e representantes da sociedade civil até o fim do ano passado.

O material servirá de base para Planalto e Ministério da Economia aprofundarem o

‘Será muito difícil a economia não piorar’, diz pesquisadora

Pesquisadora na Escola de Economia de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, a economista Laura Karpuska acha improvável não haver uma deterioração ainda maior na economia neste ano. A falta de foco do governo para lidar com a pandemia e avançar em uma agenda econômica travam a atividade no País, segundo Laura, que é doutora pela Universidade de Stony Brook.

“Para pensarmos em retomada, tem de haver confiança no ambiente político, mas, nesse ambiente, faltam prioridades e um plano de ação. Isso tem impacto na economia”, diz ela. As previsões para o PIB têm recuado com a lentidão da vacinação.

A pandemia deixou claro que, quando a gente sofre um choque dessa magnitude, o papel do governo é fundamental. O mercado vem revisando para baixo suas expectativas de PIB e acho que isso é coerente com o fato de que

vemos um governo com dificuldade de organizar prioridades, não só orçamentárias, mas de forma ampla, de estabelecer um plano de ação. A gente passou, no começo da pandemia, por uma dificuldade de criar um plano de testes e de rastreamento. Isso agora culminou no fato de que não temos um plano de vacinação claro. O governo não fez um debate aberto e não houve uma busca organizada pela vacina. Tem também a questão do discurso do governo. A gente viu a importância do discurso de líderes em tempos de crise para coordenar as expectativas dos agentes, para se ter um equilíbrio. Um equilíbrio de respeito à ciência, de uso de máscara, de pressão coletiva por vacina. Para pensarmos numa retomada sustentável, tem de haver confiança no ambiente político, mas, no ambiente, faltam prioridades e um plano de ação. Isso tem impacto na economia.

Estado SP



debate e aprimorem a articulação no momento em que o Legislativo sinaliza avançar com a reforma.

Os novos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (DEM-MG), afirmaram que a apresentação do relatório da comissão mista deve ocorrer até o final deste mês.

Ambos disseram acreditar que a reforma será aprovada em definitivo no Congresso entre agosto e outubro.

São três os principais textos em discussão no Congresso. Duas PECs (propostas de emenda à Constituição) do Congresso, a 45 e a 110, que fundem uma série de tributos - e criam no lugar o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços),

além de um imposto seletivo sobre produtos como cigarros. E um PL (projeto de lei) do governo, mais simples, que funde apenas PIS e Cofins (cobrados das empresas) na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços).

O objetivo principal das propostas é simplificar o sistema tributário. Mas, como os textos têm suas particularidades, uma mesma peça pode ser considerada interessante para um setor e uma tragédia para outro.

Foram ouvidas pelo governo as opiniões de nove entidades que têm presença constante nos gabinetes de Brasília.

Fábio Pupo/Folhapress

Política

Embate entre Doria e Bolsonaro cria entrave para oito projetos em SP



O antagonismo adotado pelo governador João Doria (PSDB) em relação ao presidente Jair Bolsonaro (sem partido) ultrapassou a retórica inflamada e a já conhecida guerra da vacina e hoje é apontado como empecilho para ao menos oito projetos do Governo de São Paulo que dependem da administração federal.

Segundo o governo paulista, as obras pendentes de realização na capital e no interior somam quase R\$ 5,9 bilhões em investimentos, de ponte e duplicação de rodovia a canal e piscinão.

Nos bastidores, aliados de Doria atribuem as dificuldades e os atrasos à má vontade de Bolsonaro com o

governador paulista por considerá-lo adversário na corrida pelo Planalto em 2022. De fato, o tucano não esconde sua pretensão presidencial.

“O Governo de São Paulo estudou cada um desses projetos. Espero que o calendário eleitoral e as opiniões individuais não prevaleçam sobre os benefícios que eles trarão à população, tampouco sobre os seus impactos na retomada econômica, importante não só para São Paulo, mas para o Brasil”, diz o vice-governador e secretário de governo, Rodrigo Garcia (DEM).

Por outro lado, como mostrou o jornal Folha de S.Paulo, uma parceria entre governo federal e estadual conseguiu destravar o projeto do trem expresso de pas-

sageiros entre São Paulo e Campinas, uma promessa em discussão há 17 anos.

A vacina se tornou o maior símbolo da divergência, com Doria trabalhando pela produção do imunizante, enquanto o negacionismo de Bolsonaro impedia ação efetiva do Planalto em prol da vacinação.

A nova fábrica do Instituto Butantan para a produção da Coronavac, inclusive, faz parte da lista de obras atingidas pela discórdia entre São Paulo e Brasília. Segundo o Bandeirantes, a União se comprometeu com o repasse de R\$ 63 milhões, que não foi feito.

O Ministério da Saúde não respondeu sobre o repasse até a publicação da reportagem.

Carolina Linhares/Folhapress

Câmara deve votar MP que facilita compra de vacinas contra a covid-19



Após o período do Carnaval, a Câmara dos Deputados retoma as votações em plenário com destaque para a análise de uma medida provisória (MP 1.026/2021) que facilita a compra de vacinas e insumos para a imunização contra a covid-19. A votação da MP está prevista para uma sessão na manhã de quinta-feira (18).

A MP 1.026/2021 dispensa a administração pública direta e indireta de realizar licitação para a compra destes imunizantes, “inclusive antes do registro sanitário ou da autorização temporária de uso emergencial”.

A MP libera ainda a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a conceder, excepcionalmente, au-

Quase metade dos réus em ação sobre doleiros depois viram delatores

Quase metade dos réus das ações penais decorrentes da Operação Câmbio, Desligo, que mirou a atuação de dezenas de doleiros e operadores financeiros ilegais do país, se tornou delator.

O Ministério Público Federal informou ao juiz Marcelo Bretas que há 25 colaboradores entre os 63 acusados nas sete ações penais decorrentes das investigações.

Ao menos três deles tiveram seus contratos homologados no STJ (Superior Tribunal de Justiça), indicando a menção a pessoa que ocupa cargo com foro especial.

A reportagem apurou que ainda há acordos em negociação ou aguardando homologação. A lista também não inclui o ex-governador Sérgio Cabral, que firmou acordo de colaboração pela Polícia Federal, mas desconsiderado

pelo MPF (Ministério Público Federal).

A Câmbio, Desligo mirou dezenas de doleiros e seus operadores em maio de 2018. Ela teve como base a delação premiada de Vinicius Claret e Cláudio Barboza, responsáveis por operar toda a complexa estrutura de dólar-cabo de Dario Messer, que auxiliava na operação de outros doleiros do país –motivo pelo qual era chamado de “doleiro dos doleiros”.

O sistema bancário paralelo entregue pela dupla ao MPF movimentou US\$ 1,6 bilhão (o equivalente a cerca de R\$ 5,3 bilhões) de 2011 a 2017 envolvendo mais de 3.000 offshores em 52 países.

Os colaboradores listados agora pelo MPF perfazem nove grupos de doleiros que usaram de alguma forma a estrutura de Messer.

Ítalo Nogueira/Folhapress



torização para a importação e distribuição de “quaisquer vacinas” e insumos sujeitos à vigilância sanitária contra covid-19 que ainda não possuem registro na agência.

A medida, contudo, diz que essa liberação sumária só ocorrerá com os produtos que já tenham sido autorizados pelas agências sanitárias governamentais dos Estados Unidos, União Europeia, Japão, China ou do Reino Unido.

O texto também reforça que a aplicação de vacinas deverá obedecer ao previsto no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a covid-19, do Ministério da Saúde.

Na pauta da sessão de quinta-feira da Câmara, ainda constam outros projetos, como o que trata da validade

de pedidos médicos para realização de exames de pré-natal enquanto perdurarem as medidas de isolamento para contenção da pandemia, e o que cria o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). Este projeto prevê o parcelamento de débitos tributários, com o objetivo de oferecer condições para que o setor possa diminuir perdas financeiras em razão da pandemia de covid-19.

A proposta (Perse) visa a atender as empresas de hotelaria em geral; os cinemas; casas de eventos; casas noturnas; casas de espetáculos; e as empresas que realizem ou comercializem congressos, feiras, feiras de negócios, shows, festas, festivais, simpósios ou espetáculos em geral.

Luciano Nascimento/ABR

OMS autoriza uso emergencial da vacina de Oxford



A Organização Mundial da Saúde (OMS) informou ontem (15) que autorizou o uso emergencial da vacina desenvolvida pela AstraZeneca em parceria com a Universidade de Oxford. A OMS autorizou o uso emergencial da vacina produzidas em locais diferentes: uma fabricada pela AstraZeneca-SKBio, na Coreia do Sul e a outra pelo Instituto Serum, na Índia.

“Hoje é um dia pra renovarmos a esperança no controle da pandemia. A OMS autorizou o uso emergencial das duas versões da vacina da Oxford AstraZeneca, dando sinal verde para que a vacinação comece mundialmente pelo Covax”, disse o diretor-

geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus durante coletiva.

A decisão desta segunda-feira permite que as vacinas sejam distribuídas pelo programa Covax Facility, iniciativa da OMS para ajudar os países em desenvolvimento a ter acesso equitativo à vacinas contra a covid-19.

“Embora as ambas as companhias esteja produzindo a mesma vacina. Elas são produzidas em locais diferentes e por isso precisam de revisões e aprovações separadas. A autorização de uso emergencial da OMS avalia e garante a qualidade, eficácia, segurança das vacinas para covid-19 e é um pré-requisito para que essas vacinas sejam distribuídas pelo Covax”, afirmou Tedros Adhanom.

Na semana passada, a OMS já havia anunciado a previsão de distribuição provisória de vacina. No caso da vacina desenvolvida pela AstraZeneca com a Universidade de Oxford, a organização disse estimar que o Brasil receba 10,6 milhões de doses da vacina até o final primeiro semestre de 2021.

Até o momento, a organização só havia aprovado o uso emergencial da vacina da Pfizer/BioNTech. A autorização para o uso da vacina da AstraZeneca ocorreu quatro semanas após a OMS ter recebido o dossiê com os estudos completos sobre o imunizante e planos de gestão de risco e adequação das cadeias de refrigeração dos fabricantes do imunizante.

Luciano Nascimento/ABR

Araraquara endurece medidas para frear novas cepas do coronavírus



Após a confirmação de que novas cepas do coronavírus encontradas em Manaus estão circulando em Araraquara, a prefeitura elaborou um novo decreto municipal endurecendo as medidas de isolamento social no município. Os leitos de enfermagem e de unidade de terapia intensiva (UTI) operam próximos da ocupação total, informou a prefeitura da cidade. Araraquara fica a 270 quilômetros (km) da capital paulista.

A principal alteração que o Decreto nº 12.485 traz é a restrição de circulação de veículos e de pessoas pelas ruas. Somente poderá circular quem trabalha em um

HC aplica segunda dose da vacina contra covid-19 em seus funcionários

O Hospital das Clínicas (HC), em São Paulo, está aplicando a segunda dose da vacina contra a covid-19 em seus funcionários. O mutirão para vacinar os mais de 20 mil profissionais, com cadastro de trabalho ativo, começou domingo (14) e vai durar três dias, das 7h às 19h. A primeira dose foi aplicada em janeiro.

Em um espaço de 1 mil metro quadrado (m²) do Centro de Convenções Rebouças, localizado ao lado do complexo do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, cerca de mil voluntários entre enfermeiros, auxiliares de enfermagem, médicos, entre outros profissionais do complexo vão atuar novamente nesta segunda megaoperação promovida pela Diretoria Clínica e pela Superintendência do Hospital.

Segundo informou a assessoria do HC, para o mutirão de vacinação foram priorizados os profissionais com cadastro de trabalho ativo, conforme preconizam as diretrizes do Programa Nacional de Imunização. A primeira dose foi aplicada em megaoperação que vacinou cerca de 60% dos profissionais do HC e aconteceu entre os dias 18 e 21 de janeiro, também no Centro de Convenções Rebouças.

O Hospital das Clínicas é o maior complexo hospitalar da América Latina, composto por oito institutos que atendem casos de alta complexidade em diversas especialidades, incluindo urgência e emergência no Pronto Socorro, e é também referência no atendimento covid-19 no Estado de São Paulo, contando com 456 leitos exclusivos para esse tipo de caso, sendo 200 de UTI e 256 de enfermagem.

Ludmilla Souza/ABR



serviço considerado essencial (como supermercados, farmácias, postos de combustíveis, entre outros, e quem for utilizar um desses serviços. O decreto entra em vigor (15) e tem efeito até o dia 1º de março. Segundo a prefeitura, equipes farão ações pelas ruas para a orientar sobre as novas medidas.

Outra mudança é a proibição de que o comércio em geral utilize o sistema drive-thru. Somente estabelecimentos que já possuem essa estrutura física poderão continuar utilizando essa modalidade de venda, como é o caso de algumas redes de lanchonetes e pizzarias. A venda por delivery no setor

de alimentação está liberada.

Enquanto Araraquara continuar na Fase Vermelha do Plano São Paulo, ficarão proibidos os atendimentos presenciais nos seguintes estabelecimentos: shopping centers, galerias e estabelecimentos congêneres; comércio e serviços em geral; bares e restaurantes; salões de beleza e barbearias; academias de esportes de todas as modalidades, centros de ginásticas e estabelecimentos congêneres; educação complementar não regulada; eventos, convenções e atividades culturais; e atividades de construção civil, incluídas as lojas de tintas e de materiais para construção.

Ludmilla Souza/ABR

Justiça

Direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição Federal, decide o STF



Direito ao esquecimento é incompatível com a Constituição Federal, decide o STF. Havendo excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso.

O Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu que é incompatível com a Constituição Federal a ideia de um direito ao esquecimento que possibilite impedir, em razão da passagem do tempo, a divulgação de fatos ou dados verídicos em meios de comunicação. Segundo a Corte, eventuais excessos ou abusos no exercício da liberdade de expressão e de informação devem ser analisados caso a caso, com base em parâmetros constitucionais e na legislação penal e civil.

O Tribunal, por maioria dos votos, negou provimen-

to ao Recurso Extraordinário (RE) 1010606, com repercussão geral reconhecida, em que familiares da vítima de um crime de grande repercussão nos anos 1950 no Rio de Janeiro buscavam reparação pela reconstituição do caso, em 2004, no programa “Linha Direta”, da TV Globo, sem a sua autorização. Após quatro sessões de debates, o julgamento foi concluído hoje, com a apresentação de mais cinco votos (ministra Cármen Lúcia e ministros Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Marco Aurélio e Luiz Fux).

Ao votar pelo desprovinimento do recurso, a ministra Cármen Lúcia afirmou que não há como extrair do sistema jurídico brasileiro, de forma genérica e plena, o esquecimento como direito fundamental limitador da liberdade de expressão “e,

portanto, “como forma de coatar outros direitos à memória coletiva”. Cármen Lúcia fez referência ao direito à verdade histórica no âmbito do princípio da solidariedade entre gerações e considerou que não é possível, do ponto de vista jurídico, que uma geração negue à próxima o direito de saber a sua história. “Quem vai saber da escravidão, da violência contra mulher, contra índios, contra gays, senão pelo relato e pela exibição de exemplos específicos para comprovar a existência da agressão, da tortura e do feminicídio?”, refletiu.

No voto em que acompanhou o relator, ministro Dias Toffoli, pelo desprovinimento do RE, o ministro Ricardo Lewandowski afirmou que a liberdade de expressão é um direito de capital importância, ligado ao exercício das franquias democráticas. JusBrasil

O arbitramento da indenização por dano moral na relação de emprego



Ao tratar do tema da indenização por dano moral, é importante lembrar a longa trajetória do instituto do patrimônio imaterial na doutrina e na jurisprudência, a fim de refletir sobre a longa trajetória, desde o reconhecimento da existência do dano de natureza não patrimonial até a aceitação da possibilidade de sua quantificação e do direito à sua reparação.

Desde a postura do Supremo Tribunal Federal, há mais de 50 anos, no sentido de que não se podia quantificar o sofrimento das pessoas e, portanto, não era possível arbitrar uma indenização por dano moral, até os dias de

Pai deve pagar pensão mesmo se filho morar com padrasto rico, diz TJ-RJ

Ofato de adolescente morar com o padrasto, e este ter confortável condição financeira, não altera a obrigação de o pai pagar pensão alimentícia, pois ele tem o dever de sustentar o filho. Com esse entendimento, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro negou apelação de um empresário e engenheiro que pediu para deixar de repassar dinheiro ao filho.

O pai argumentou que não tem condições de continuar arcando com o valor que paga mensalmente de pensão alimentícia, especialmente porque gasta grande parte de sua renda para visitar o jovem no Equador, para onde ele e sua mãe se mudaram devido ao novo casamento desta. Além disso, o engenheiro sustentou que as necessidades do adolescente são supridas pelo atual marido da sua mãe,

empresário de sucesso do ramo petrolífero. Assim, pediu a redução da pensão para R\$ 1.124,00.

Em contestação, o jovem questionou o valor oferecido, tendo em vista suas necessidades e as condições do pai, empresário e engenheiro que promove movimentações financeiras incompatíveis com as dificuldades financeiras alegadas.

O pedido do pai foi negado em primeira instância, mas ele apelou. O relator do caso no TJ, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira (atual presidente da corte), apontou em voto de 30 de setembro de 2020 que os pais têm o dever de sustento em relação aos filhos menores, conforme o artigo 1.566, IV, do Código Civil, e o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990).

JusBrasil



hoje, em que se reconhece o direito do ofendido de receber indenização por dano material e imaterial, eventualmente pela prática de um só ato ilícito que venha a ofender a vítima material e moralmente, gerando o direito a duas reparações.

A propósito do tema, o Tribunal Superior do Trabalho, cuja missão não é o exame de fatos, mas, sim, a aplicação do Direito diante dos fatos provados nos autos, admite não só a possibilidade de reconhecer ou não a ocorrência do dano moral, como igualmente a possibilidade de rever o valor arbitrado a título de indenização, quando este se mostrar muito defasado

dos limites do critério legal, gerando ofensa à lei.

A doutrina e a jurisprudência reconhecem que para a correta adequação do valor da indenização devida diante do ato ilícito praticado, é possível a instância revisora aumentar ou reduzir o valor dessa indenização, moldando-a à extensão do dano a que se refere a lei.

Logo após o advento do atual Código Civil houve ao menos uma tentativa sem sucesso de tarifação do dano moral, fixando percentuais fixos para cada hipótese de dano ocorrido, por meio de projeto de lei que, felizmente, foi abandonado pelo Poder Legislativo.

Conjur

Greenery Brasil Trading S.A.

CNPJ/ME nº 11.964.260/0001-01 – NIRE 35.300.377.125

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de julho de 2020

Data, Hora e Local: Aos 30/07/2020, às 10:00 horas, na sede da Companhia. **Temporividade:** Diante do disposto pelo Artigo 1º da Lei nº 14.030, de 28/07/2020, esta AGOE, realizada na presente data, preenche os requisitos legais de temporividade. **Convocação, Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Dispensa de Publicação dos Documentos Previstos no artigo 133 da lei das S.A.:** Considerando que a Companhia (i) tem seu capital fechado, (ii) possui menos de 20 acionistas e (iii) tem patrimônio líquido inferior à R\$ 10.000.000,00, fica dispensada, nos termos do Artigo 294, II, da Lei das S.A., a publicação de todos os documentos mencionados no Artigo 133 da Lei das S.A., em especial, o relatório da administração da Companhia, a cópia das demonstrações financeiras do exercício de 2019 e o parecer dos auditores, cujas cópias autenticadas serão arquivadas juntamente com esta ata. **Mesa:** Sr. Nelson Aparecido Ostanello, Presidente; e Sra. Edna Ferreira Machado, Secretária. **Ordem do Dia:** Em AGO deliberar sobre: (i) A prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; e (ii) a proposta de destinação dos resultados do exercício social encerrado em 31/12/2019. Em AGE deliberar sobre: (i) o pedido de renúncia da Diretora, Sra. Karina Engelbrecht Cesari; (ii) a eleição de nova Diretora da Companhia; (iii) composição da Diretoria da Companhia e (iv) encerramento e tomada de providências de baixa da filial da Companhia localizada na Cidade de Santos-SP, com a consequente adequação do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia. **Deliberações:** Previamente à instalação da Assembleia, os acionistas decidiram, à unanimidade e sem reservas, aprovar a lavratura desta ata em forma de sumário e dispensaram a presença dos auditores independentes, aprovando por unanimidade de votos e sem reservas, o seguinte: Em AGO: (i) A prestação de contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019; e (ii) A proposta da Administração de destinar o lucro apurado no valor de R\$ 2.635.048,67 para amortização do prejuízo acumulado pela Companhia nos exercícios anteriores. Em AGE: (i) O pedido de renúncia formulado pela Diretora, a Sra. Karina Engelbrecht Cesari, consignando os votos de estima e apreço pelos relevantes serviços prestados à Companhia; (ii) A eleição da Sra. Edna Ferreira Machado, RG nº 30.009.458-9, CPF nº 316.196.168-40, para ocupar o cargo de Diretora da Companhia, mediante a assinatura do correspondente termo de posse; (iii) Em virtude da renúncia e da eleição ora aprovadas, a Diretoria da Companhia passa a ser composta pelos seguintes membros, com mandato unificado até 30/07/2023: Sr. Nelson Aparecido Ostanello, RG nº 9.571.644-0 (SSP/SP), CPF nº 961.793.418-34, como Diretor Presidente; e Sra. Edna Ferreira Machado, RG nº 30.009.458-9, CPF nº 316.196.168-40, como Diretora. Referidos Diretores tomam posse de seus cargos neste ato, mediante assinatura dos termos de posse que serão arquivados junto à presente ata, pelo período de 03 anos da data deste instrumento. Os Diretores ora nomeados declararam não estarem incurso em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer as atividades mercantis e que não estão impedidos de exercer a administração da Companhia, seja por determinação de lei especial ou em virtude de condenação criminal ou, ainda, por se encontrar sob os efeitos de pena que os vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade. (iv) O encerramento e a tomada de providências de baixa da filial da Companhia localizada na Avenida Ana Costa, nº 61, Térreo, Sala 12, Gonzaga, Santos-SP, CNPJ nº 11.964.260/0002-84, e NIRE 3590460727-4, com inscrição Estadual na Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo sob o nº 633.458.001.118, com a consequente adequação do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte nova redação: “Artigo 3º. A Companhia tem sua sede social e foro na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.069, conjuntos 181 e 182, Vila Olímpia, São Paulo-SP, podendo, mediante deliberação da Diretoria, abrir, transferir e fechar filiais, escritórios, sucursais, representações e qualquer outro tipo de estabelecimento em qualquer localidade do território nacional ou do exterior. § Único: A Companhia possui filial na Avenida Coronel Santa Rita, nº 2.677, Sala 13, Paranaíba-PR, CNPJ nº 11.964.260/0003-65 e NIRE 41.9.0161052-0, filial que operará com o mesmo capital e objeto social da matriz.” (v) Como consequência da deliberação tomada no item acima, os Acionistas decidem alterar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, cuja minuta é parte integrante e indissociável da presente Ata como Anexo I; (vi) A autorização aos Diretores da Companhia para promoverem todos os atos necessários à implementação das deliberações da presente ata, inclusive os registros e publicações necessários à adequada formalização dos atos constitutivos da Companhia. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 30/07/2020. **Mesa:** Nelson Aparecido Ostanello – Presidente; Edna Ferreira Machado – Secretária. **Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Nome, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º.** A Greenery Brasil Trading S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima fechada, regida pelo presente Estatuto Social e pelos dispositivos legais aplicáveis. **Artigo 2º.** A Companhia tem por objeto social: (a) a importação, exportação e comercialização de produtos químicos, petroquímicos, commodities em geral, bem como quaisquer produtos e mercadorias oriundos do exterior; (b) a prestação de serviços de logística para a realização de seu objeto social; (c) a guarda, armazenamento e conservação de produtos agropecuários, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico, produtos químicos e petroquímicos, próprios e/ou de terceiros; (d) a comercialização de títulos do agronegócio, tais como, mas não se limitando a Cédula de Produtor Rural, Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário, bem como Conhecimento de Depósito e Warrant do Decreto-lei 1.102/1.903; (e) a participação em outras sociedades, como sócia, acionista ou sob qualquer outra forma; (f) a intermediação de negócios vinculados aos itens anteriores deste objeto; e (g) a prestação de consultoria sobre o mercado de commodities em geral. **Artigo 3º.** A Companhia tem sua sede social e foro na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.069, conjuntos 181 e 182, São Paulo-SP, podendo, mediante deliberação da Diretoria, abrir, transferir e fechar filiais, escritórios, sucursais, representações e qualquer outro tipo de estabelecimento em qualquer localidade do território nacional ou do exterior. § Único: A Companhia possui filial na Avenida Coronel Santa Rita, nº 2.677, Sala 13, Paranaíba-PR, CNPJ nº 11.964.260/0003-65 e NIRE 41.9.0161052-0, filial que operará com o mesmo capital e objeto social da matriz. **Artigo 4º.** A Companhia é de prazo de duração indeterminado. **Artigo 5º – Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 799.966,00, dividido em 799.966,00 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. § Único. Cada ação ordinária dará direito a 01 voto nas deliberações da Assembleia Geral da Companhia. **Artigo 6º.** Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe, cabendo à Assembleia Geral fixar o respectivo valor de resgate e as demais características da operação. **Capítulo III – Assembleia Geral. Artigo 7º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, reunindo-se ainda, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem. § 1º. A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. § 2º. A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, ou, na sua ausência, por quem a Assembleia Geral indicar. O presidente da Assembleia Geral escolherá um dos presentes para secretária-lo. **Artigo 8º.** As seguintes matérias exigem voto favorável de pelo menos 75% das ações com direito a voto para serem aprovadas: (a) alteração do objeto social da Companhia; (b) criação de preferências ou vantagens a qualquer classe específica de ações; (c) deliberação envolvendo qualquer tipo de incorporação e/ou cisão da Companhia; (d) aumento ou redução do capital social da Companhia; (e) eleição e destituição dos Diretores da Companhia; (f) celebração de qualquer contrato a respeito de compra e/ou venda de qualquer bem que componha o ativo fixo da Companhia cujo montante ultrapasse o valor de R\$ 100.000,00. § Único. Independentemente do valor, não há necessidade de prévia autorização em Assembleia para que a Companhia realize ou assine qualquer tipo de contrato relacionado às suas atividades sociais, tais como, mas não limitados a, contratos de importação, exportação e comercialização de produtos químicos, petroquímicos e commodities em geral, bem como de quaisquer produtos e mercadorias oriundos do exterior, serviços de logística, guarda ou armazenamento, consultoria e intermediação de negócios. **Capítulo IV – Administração. Artigo 9º.** A administração da Companhia será exercida pela Diretoria. **Artigo 10.** Os membros da Diretoria deverão assumir seus cargos dentro de 30 dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no Livro de Registro de Atas da Diretoria, respectivamente, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Artigo 11.** A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração poderá ser fixada individualmente para cada administrador, ou de forma global. **Capítulo V – Diretoria. Artigo 12.** A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais. Os diretores terão todos os poderes para gerir e administrar a Companhia, competindo-lhes a representação da Companhia, em juízo ou fora dele, observado o disposto na legislação aplicável, neste Estatuto Social e nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 13.** A Diretoria é composta por 2 Diretores, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 3 anos, sendo permitida a reeleição. **Artigo 14.** Dentre os diretores um será designado Diretor Presidente e o outro será designado Diretor sem designação específica. § 1º. Compete ao Diretor Presidente: (a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (b) dirigir a execução de todas as atividades relacionadas à administração geral da Companhia; (c) superintender as atividades de administração da Companhia, coordenando e supervisionando as atividades dos membros da Diretoria; (d) coordenar a política de pessoal, organizacional, gerencial, operacional e de marketing da Companhia; (e) anualmente, elaborar e apresentar à Assembleia Geral o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia; (f) administrar os assuntos de caráter societário em geral, devendo inclusive providenciar o registro de todos os atos e documentos pertinentes nos órgãos competentes, incluindo mas não se limitando às Juntas Comerciais; (g) propor alternativas de financiamento e aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia; (h) administrar o caixa e as contas a pagar e receber da Companhia; (i) dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal/tributária da Companhia; (j) convocar a Assembleia Geral; e (k) escolher e destituir os auditores independentes, se houver. **Artigo 15.** A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: (a) do Diretor Presidente isoladamente; (b) do Diretor sem designação específica sempre em conjunto com 1 procurador, devidamente constituído; e (c) de 2 procuradores, em conjunto, devidamente constituídos e com poderes específicos. § Único. As procurações serão sempre outorgadas pelo Diretor Presidente isoladamente, as quais estabelecerão os expressos poderes de representação do procurador e, não terão prazo superior a 1 ano, excetuando-se as procurações outorgadas com fim “ad iudicia et extra”. **Capítulo VI – Conselho Fiscal. Artigo 16.** O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei. § Único. O Conselho Fiscal será composto, quando instalado, por no mínimo 3 e no máximo 5 membros efetivos, e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. **Capítulo VII – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 17.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 18.** Em cada exercício, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976. **Artigo 19.** A Companhia poderá levantar balanços trimestrais, mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá, ainda, declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes a partir do último balanço anual ou semestral. § Único. Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório. **Artigo 20.** A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei. § Único. A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório. **Capítulo VIII – Transformação. Artigo 21.** A Companhia poderá, independentemente de dissolução ou liquidação, ser transformada em sociedade de outro tipo que não sociedade anônima, mediante deliberação tomada pelo voto da maioria dos acionistas, assegurado o direito de retirada aos acionistas dissidentes. **Capítulo IX – Liquidação. Artigo 22.** A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração. **Capítulo X – Notificações e Comunicações. Artigo 23.** Quaisquer comunicações, notificações e/ou comunicações referentes aos termos estabelecidos por este Estatuto Social deverão ser feitos por e-mail. Caso esse meio de comunicação esteja temporariamente indisponível, quaisquer comunicados, notificações e/ou comunicações referentes aos termos estabelecidos por este Estatuto Social deverão ser feitos por meio de carta registrada com aviso de recebimento, fax ou telegrama, e deverão ser endereçadas às partes no endereço descrito no artigo 3º do presente instrumento. § Único. Os comunicados, notificações e/ou comunicações tratados pelo presente capítulo deverão ser considerados entregues na data constante do protocolo eletrônico do e-mail enviado. Caso seja feito uso de quaisquer outros meios de comunicação, desde que expressamente previstos neste instrumento, os comunicados, notificações e/ou comunicações deverão ser considerados entregues na data constante de seus protocolos de recebimento ou na data e hora em que o fax for recebido, ou ainda, em 48 horas após o envio, em se tratando de telegramas. **Capítulo XI – Foro. Artigo 24.** Quaisquer disputas entre acionistas e a Companhia, ou entre acionistas controladores e acionistas minoritários deverão ser resolvidas pelo Foro da Comarca de São Paulo-SP. JUCESP – Registrado sob o nº 38.695/21-2 em 27/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Nicolio Participações S.A.

(Em organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 01 de junho de 2020

Aos 01/06/2020, às 15:00hs, na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, conjunto 21-C, Sala 23, São Paulo-SP, reuniram-se em Assembleia Geral, para deliberar sobre a constituição de Nicolio Participações S.A., todos os fundadores e subscritores do capital inicial da aludida Sociedade, a saber: (a) **LB 1 Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 28.120.044/0001-74 e NIRE 35235053294, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr. Carlos Eduardo Prado, RG nº 14.869.803-7 SSP/SP e CPF/MF nº 035.156.498-59; e (b) **LB 2 Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 28.223.069/0001-01 e NIRE 35235013551, neste ato representada pelo sócio administrador Carlos Eduardo Prado, acima qualificado. Por aclamação, assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlos Eduardo Prado, que convidou a mim, Sílvia Aparecida dos Anjos, para secretária-lo. Dando início aos trabalhos, o Sr. Presidente declarou que, como era de conhecimento dos presentes, a Assembleia tinha por finalidade a constituição de uma sociedade anônima de capital fechado, na forma do disposto na Lei 6.404/76, sob a denominação de Nicolio Participações S.A., com um capital inicial de R\$ 1.200,00, representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Sr. Presidente esclareceu que os fundadores haviam procedido à subscrição da totalidade das ações representativas do capital inicial da Sociedade, conforme Boletim de Subscrição, que faz parte integrante desta ata como anexo I. O Sr. Presidente esclareceu, ainda, que a acionista **LB 1 Participações Ltda.**, integralizou, neste ato, 108 ações ordinárias nominativas, tendo realizado o depósito de R\$ 108,00 no Banco do Brasil S/A, e a acionista **LB 2 Participações Ltda.**, integralizou, neste ato, 12 ações ordinárias nominativas, tendo realizado o depósito de R\$ 12,00 no Banco do Brasil S/A, ficando, dessa forma, integralizado 10% do capital da Sociedade. A acionista **LB 1 Participações Ltda.** integralizará as 1.080 ações ordinárias nominativas, realizando o depósito em moeda corrente nacional no valor de R\$ 1.080,00 no prazo de 90 dias após os registros da constituição da sociedade na JUCESP e obtenção do CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Sr. Presidente submeteu à apreciação dos subscritores o Projeto de Estatuto, cujo texto foi aprovado por unanimidade de votos dos presentes, sendo o mesmo transcrito a seguir: “Estatuto Social. **Artigo 1º.** Nicolio Participações S.A. é uma sociedade anônima, com sede e foro na Rua Libero Badaró, 293, 21º andar, conjunto 21 C, Sala 23, São Paulo-SP, com prazo indeterminado de duração. Sua Diretoria pode abrir ou encerrar filiais ou outras dependências. **Artigo 2º.** A Sociedade tem por objeto a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital. **Artigo 3º.** O capital da Sociedade, parcialmente integralizado, é de R\$ 1.200,00, representado por 1.200 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A acionista **LB 1 Participações Ltda.** integralizará as 1.080 ações ordinárias nominativas, realizando o depósito em moeda corrente nacional no valor de R\$ 1.080,00 no prazo de 90 dias após os registros da constituição da sociedade na JUCESP e obtenção do CNPJ junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Assembleia Geral poderá criar ações preferenciais, de uma ou mais classes, com ou sem direito de voto, sem guardar proporção com as ordinárias. **Artigo 4º.** A Sociedade será administrada por uma Diretoria composta de dois membros, sendo um deles designado Diretor Presidente. O mandato dos diretores é de três anos, permanecendo em seus cargos até substituição ou reeleição. Sua remuneração será estabelecida anualmente pela Assembleia Geral. **Artigo 5º.** A Diretoria tem poderes irrestritos de administração, inclusive para outorga de avais e fianças. A assinatura isolada de qualquer Diretor ou procurador obrigará a Sociedade. Os mandatos em nome da Sociedade devem ser outorgados por prazo determinado, exceção aos casos de representação perante o foro em geral. **Artigo 6º.** A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, se instalará e se realizará na forma da lei. **Artigo 7º.** O Conselho Fiscal não tem funcionamento permanente e se instalará na forma da lei. Quando instalado, será composto por três membros efetivos e igual número de suplentes. **Artigo 8º.** O exercício social coincide com o ano civil. As demonstrações financeiras anuais serão apreciadas pela AGO, que deliberará sobre a distribuição de, no mínimo, 25% do lucro líquido anual ajustado na forma do artigo 202 da Lei das S.A., ou até sobre sua retenção, total ou parcial. **Artigo 9º.** – Balançetes trimestrais poderão ser elaborados e, por deliberação da Assembleia Geral, declarados dividendos com base neles. **Artigo 9º.** A Sociedade poderá ter seu tipo modificado por deliberação majoritária por meio de alteração de estatuto. Terminada a leitura do Estatuto Social, o Sr. Presidente informou que se fazia necessário proceder à eleição da Diretoria da Sociedade, tendo sido eleitos para um mandato de 3 anos, os Srs. Carlos Eduardo Prado, acima qualificado, que exercerá o cargo de Diretor Presidente e Sílvia Aparecida dos Anjos, RG nº 18.275.141-7 SSP/SP e CPF nº 134.824.898-07, que exercerá o cargo de Diretora. Os Diretores ora eleitos declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes prescritos em lei que os impeçam de exercer atividades mercantis. Foi, a seguir, estabelecido que a remuneração da Diretoria será fixada oportunamente pelas acionistas em assembleia geral. Por fim, foi mencionado que possa ser utilizado qualquer jornal de grande circulação para, juntamente com o “DOE-SP”, proceder às publicações da Sociedade. Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi a presente ata lida e aprovada, tendo sido assinada por todos os presentes. São Paulo, 01/06/2020. Assinaturas: Mesa: Carlos Eduardo Prado – Presidente; Sílvia Aparecida dos Anjos – Secretária. **Visto do Advogado:** Darcio Siqueira de Sousa – OAB/SP nº 240.530. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.554.825 em 24/08/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Greenery Brasil Trading S.A.

CNPJ/ME nº 11.964.260/0001-01 – NIRE 35.300.377.125

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2020

Data, Hora e Local: Aos 31/08/2020, às 10h00, na sede da companhia. **Convocação, Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Nelson Aparecido Ostanello, Presidente; e Sra. Edna Ferreira Machado, Secretária. **Ordem do Dia:** Deliberar em AGE: Aprovar a abertura de filial da Companhia. **Deliberações:** Em AGE, os acionistas decidiram, unanimemente e sem reservas, aprovar a abertura de filial da Companhia na Rua Padre Carapuceiro, nº 858, Empreendimento Cicero Dias, Sala 701, Boa Viagem, Recife-PE, autorizando os Diretores a praticarem todos os atos necessários para tanto. Permanecerão inalteradas todas as demais cláusulas do Estatuto Social não afetadas por este instrumento. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 31/08/2020. **Mesa:** Nelson Aparecido Ostanello – Presidente; Edna Ferreira Machado – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 363.837/20-6 em 11/09/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Tuítes de Elon Musk enlouquecem mercado financeiro e são criticados

Elon Musk, a pessoa mais rica do mundo, está influenciando os mercados. Tuitando. O caso mais recente foi com a Dogecoin, uma moeda digital representada por um cachorro de raça japonesa até então pouco expressiva e considerada uma piada. “Sem altas, nem baixas, apenas Doge”, escreveu o presidente da Tesla e da SpaceX. Horas depois de a mensagem ir ao ar, o valor da criptomoeda aumentou mais de 50%.

Essa não foi a primeira vez que Musk comentou sobre criptomoedas -e todas ti-

veram o mesmo efeito.

Dias antes ele havia alterado sua descrição no Twitter, campo em que as pessoas geralmente colocam a profissão ou uma mensagem motivacional, para a hashtag “bitcon” -e só. A outra criptomoeda valorizou 20%.

Na segunda-feira (8), a Tesla anunciou ter investido US\$ 1,5 bilhão em bitcoins, e acenou que pode aceitar futuramente a moeda como pagamento para seus produtos.

Os exemplos são inúmeros. Musk elogiou o e-commerce Shopify, e as ações da empresa valorizaram 3,5%. Declarou amor pelo site de comércio eletrônico Etsy, e os papéis subiram 9%. Orientou seus seguidores a usarem o aplicativo de mensagens criptografadas Signal, e as ações de outra empresa não relacionada, porém com o mesmo nome, cresceram mais de 1.000% (o Signal não tem capital aberto em Bolsa).

Mas longe de ser considerado um “dedo de ouro”, Musk é na verdade bastante criticado pelas especulações que provoca. Beatriz Montesanti/Folhapress

Moedas globais: dólar recua em dia de menos negócios por causa de feriado nos EUA

O dólar operou em baixa ante a maioria dos rivais desta segunda, 15, sem sinal único ante divisas de países emergentes e ligadas a commodities. A sessão foi em geral de maior apetite por risco e menor busca por segurança, mas com volumes reduzidos de negócios, por causa de feriado sem mercados nos Estados Unidos, após mais cedo algumas bolsas na Ásia já não terem operado, entre elas a da China.

No fim da tarde em Nova York, o dólar subia a 105,34 ienes, o euro tinha alta a US\$ 1,2132 e a libra avançava a US\$ 1,3906. O índice DXY, que mede o dólar ante outras moedas principais, recuava 0,14%, a 90,350 pontos.

A Western Union comenta em relatório que o dia era de maior apetite por risco, o que tende a pressionar o dólar. Segundo ela, os mercados se concentram no otimismo sobre a vacinação e a possibilidade de que o presidente americano, Joe Biden, consiga aprovar um pacote fiscal robusto para apoiar a economia dos Estados Unidos. A Western Union já ressaltava, porém, o menor volume de negócios, com feriado prolongado na China e mercados fechados nos EUA por causa do Dia dos Presidentes.

Nesse quadro, o euro se fortaleceu mesmo após dados modestos da região. A produção industrial da zona do euro teve recuo de 1,6% em dezembro ante novembro, ante previsão de queda de 1,0% dos analistas ouvidos pelo Wall Street Journal. As exportações cresceram 1,1% na mesma comparação, mas as importações tiveram queda de 0,3%.

IstoÉDinheiro

Negócios

Alpargatas tem receita recorde de R\$ 1,1 bi no trimestre com Havaianas e sem online



Alpargatas, dona das marcas Havaianas e Osklen, fez um quarto trimestre de arrebentar quarteirão. A receita líquida da empresa alcançou R\$ 1,1 bilhão, com crescimento de 10,5% sobre igual período do ano passado. “É o melhor desempenho em toda a história da empresa, mesmo quando considerados os anos anteriores cheios, com as marcas que foram vendidas e a operação na Argentina [de tecidos]”, comentou Roberto Funari.

A companhia vem em uma desmobilização de ativos e marcas que não considera centrais desde 2018, processo que terminou ano passado com a venda da licença da Mizuno. Essas outras bandeiras respondiam por 25% da

receita há dois anos atrás e uma fatia de 36%, em 2016. O quarto trimestre da pandemia, portanto, entrou para história da centenária companhia.

O desempenho contou com avanço da empresa no digital, claro, como não poderia deixar de ser no ano da pandemia. Mas, como Funari definiu, a empresa promoveu uma quebra de paradigma, com uma “ressignificação do varejo físico”. Isso ocorreu no Brasil e também na operação internacional. A operação de e-commerce da empresa ainda é bastante reduzida.

Tanto no Brasil quanto no mercado externo, a Alpargatas adotou um modelo mais versátil de operação, com o varejo dentro do varejo, ou seja, pontos de venda em locais que ficaram abertos du-

rante a pandemia. A empresa terminou o ano com 300 mil pontos ativos, um acréscimo de 40 mil em pleno 2020. Mas, para além das mudanças relacionadas à covid, há um redesenho definitivo.

Fora do país, a companhia encerrou 26 lojas próprias na comparação de dezembro de 2020 com 2019. Os destaques desse ajuste, de acordo com o presidente da empresa, foram Estados Unidos com dez lojas, Europa com cinco e Índia com sete. Daqui para frente, a presença física fora do país será concentrada no modelo pop-up, de quiosques temporários em galerias e shoppings, e de concessão, dentro de grandes redes de departamento. E as vendas online fora do Brasil já respondem por 40% do total.

Exame

Mercado imobiliário espera expansão em 2021 mesmo que juros aumentem



O mercado imobiliário está otimista com 2021. Depois de um 2020 surpreendentemente positivo, apesar da pandemia, as perspectivas para o ano são de expansão das vendas, da indústria e do crédito.

Pudera. Entre as empresas que já divulgaram suas prévias de resultados do último trimestre, há quem reporte as melhores vendas da história — e isso em um ano atípico.

Na capital paulista, as 51,4 mil unidades residenciais vendidas representaram um recorde na série histórica iniciada em 2004 pelo Secovi-SP (sindicato da habitação). O resultado superou em 4% as 49,2 mil unidades vendidas em 2019, ano

Presidente da Azul diz que, após Carnaval, expectativa é de baixa até avanço da vacinação

O presidente da Azul, John Rodgers, recebeu na sexta-feira (12), na sede da companhia aérea, em Barueri (SP), o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, para anunciar a abertura de oito novos destinos, elevando para 15 o número de cidades atendidas no estado a partir de maio.

É uma expansão que acontece no pior momento da história do setor —juntas, as três grandes companhias aéreas brasileiras somaram um prejuízo de quase R\$ 20 bilhões em 2020 até setembro. Mas sinaliza o sentimento de “luz no fim do túnel”, que Rodgers diz ser possível ver com o início da vacinação, após um fôlego na demanda de férias e um pequeno respiro na venda de passagens do Carnaval.

A abertura das rotas de Porto Alegre para cidades

como Bagé, Canela e Santa Cruz do Sul chega após a redução aplicada em dezembro na base de cálculo do ICMS para o combustível de aviões no estado, como parte da política de desenvolvimento da aviação regional que tenta estimular a logística e mitigar o estrago da pandemia.

Após o Carnaval, o executivo ainda espera meses difíceis e um prazo mais longo até que o setor recupere a oferta suspensa na crise.

Com este ritmo de vacinação que o Brasil tem atualmente, qual é a expectativa de um impacto positivo no setor? Eu tenho dito que 2021 vai ser dividido em dois anos: teremos os primeiros seis meses, que vão concentrar as vacinas, e depois vem o período da retomada que vai acontecer, realmente, no terceiro trimestre.

Biznews



considerado excepcional.

A preocupação com prazos e entregas de matérias-primas persiste, mas há expectativa de estabilidade ainda no primeiro trimestre.

Do lado do consumidor, os juros abaixo de 7% facilitaram financiamentos. Mais famílias acessaram crédito e outras conseguiram, com a mesma renda, comprar um imóvel mais caro do que poderiam quando os juros passavam de dois dígitos.

A Abecip (associação de entidades de crédito) projeta alta de 21% na concessão de crédito neste ano, considerando SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo) e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Em 2020, os financiamentos com recursos da poupança superaram o ano de 2014, o do “boom” dos imóveis.

Para o presidente da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), Luiz Antonio França, todos os segmentos terão crescimento em 2021.

Uma eventual elevação da taxa básica dos juros (Selic) não preocupa o setor. “Se a Selic chegar a 3,5%, a poupança não muda e não deverá ter impacto no mercado. Só é fundamental ficar abaixo de dois dígitos”, disse França.

Para a economista da Cbic (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), Ieda Vasconcelos, uma Selic em 4% manterá estímulo ao crédito.

Folha/Biznews